



## Legislação prevê que empresas recolham embalagens e sociedade recicle lixo doméstico



A sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos representa uma importante conquista para a sociedade. A lei tem o objetivo de incentivar a reciclagem de lixo e o correto manejo de produtos usados com alto potencial de contaminação. Outro avanço é o incentivo de separação doméstica, onde houver coleta seletiva. A lei também determina a inclusão dos catadores de recicláveis no processo produtivo. Isso significa o reconhecimento social e econômico destes trabalhadores.  
**Páginas 4 e 5**

### Ricardo Antunes e Francois Vatin debatem os desafios do mundo do trabalho

Promovido pelo Senge-RJ, foi realizado o Seminário sobre os Desafios do Mundo do Trabalho no Século XXI. Além de oficinas, também aconteceu um debate com o sociólogo e professor da Unicamp, Ricardo Antunes, e o sociólogo e professor da Universidade de Paris, Francois Vatin. De acordo com Antunes, a Ásia e a América Latina representam verdadeiros laboratórios das lutas sociais. Vatin ponderou que é preciso criar um ambiente de otimismo e que o país pode avançar. "As coisas podem mudar, inclusive no Brasil. As sociedades estão se levantando", afirmou

**Página 6**

### Cerca de meio milhão de brasileiros dizem SIM ao limite da propriedade de terra

Foi realizado um plebiscito nacional que questionou a sociedade brasileira sobre o limite da propriedade de terra. 94% da população votou a favor da limitação. Esta ação é fruto da organização das entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA). Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) revelam que o Brasil possui atualmente 916.518 famílias de trabalhadores rurais vivendo em 8.616 assentamentos da reforma agrária.

**Página 7**

## EDITORIAL

## Seguir avançando

2010 foi e ainda é um ano estratégico para o país. Não somente devido às eleições, mas, principalmente, por se tratar de um ano consagrado por avanços. Passadas as eleições, é hora de seguir. Seguir a política de desenvolvimento econômico e social. Mais de 10 milhões de empregos gerados com recorde de carteira assinada: quase um milhão e meio de postos formais de trabalho. Tudo isso graças a uma política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, peça fundamental para estimular o crescimento da economia e a distribuição de renda.

Cerca de 45 milhões de pessoas tiveram sua renda mensal aumentada, bem como acesso ao mercado de bens de consumo. Embora os números sejam inegáveis, para além da formulação aritmética e cartesiana, a consolidação de políticas é a essência dos últimos anos, principalmente, a direção que estas políticas tomaram, que é a real diminuição da pobreza de nosso país. Está clara a prioridade da conjuntura e o atendimento das demandas. Foram criadas e efetivadas políticas de moradia, alimentação, educação, saúde, saneamento, agricultura familiar, entre tantas outras.

A perspectiva econômica de crescimento está alinhada ao desenvolvimento social e a estabilidade de mercado brasileiro só se deu graças às políticas de distribuição de renda com programas sociais e aumento dos investimentos públicos. Outro ponto fundamental é o fortalecimento das empresas estatais, como a Petrobras, que vem despontando no mercado internacional com a descoberta do pré-sal.

Onde há investimento público, há contrapartida social, reivindicada, geralmente, pelas entidades de classe, que propõem a afirmação do trabalho decente, valorização do salário, entre outros. Milhares de brasileiros resgataram sua "cidadania econômica", as entidades de classe se fortaleceram, o mercado interno caminha a passos largos e o Brasil se destaca internacionalmente. Este é o caminho. Este é o presente e o futuro de um estado democrático, com caráter público e participação da sociedade.

A diretoria

## Mobilização para 9º Consenge cresce a cada dia

A pouco menos de um ano da realização do 9º Congresso de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), a mobilização entre as entidades vem aumentando a cada dia. O tema do 9º Consenge, que será realizado em Rondônia, entre os dias 7 e 10 de setembro de 2011, será *Sociedade, Energia e Meio Ambiente*. Após reuniões da comissão organizadora, já foram decididas questões de logística, hospedagem e infraestrutura.

"Esta será um momento histórico, já que é a primeira vez que realizamos o Consenge na região Norte do País. Rondônia tem importante participação na produção de energia e mineração, além de estar localizada em uma posição geograficamente estratégica de contato com a América Latina", pontuou o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt. São esperadas cerca de 300 pessoas, entre lideranças, delegados, convidados e participantes.

"Rondônia está de portas abertas para o 9º Consenge. É imprescindível debatermos o tema da energia, um dos motores do País, para que possamos pensar em uma sociedade sustentável", afirmou o diretor do Senge-RO, José Ezequiel Ramos.

## Empresas estatais terão seis anos para regularizar terceirizados

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que as 134 empresas estatais terão um prazo de seis anos para regularizar a situação dos trabalhadores terceirizados. Isso significa que a empresa terá que identificar o funcionário irregular, encerrar o contrato e realizar concurso público. Ainda não foi possível apontar com exatidão quantos profissionais são terceirizados hoje, pois não há critérios claros de contratação estabelecidos pelas empresas.

## Diretor da Fisenge é indicado para coordenar comissão internacional na Suíça

Foi indicado para a coordenação mundial da comissão de engenheiros da Global Union (UNI) o diretor de relações internacionais da Fisenge, Raul Otávio Pereira, recém-eleito presidente do Senge-MG. A eleição se dará no congresso da UNI, que será realizado entre os dias 15 e 16 de novembro, em Tóquio, Japão. "Um dos objetivos da comissão é difundir o PM&S, que significa Professional Managerial Staff", explicou Raul. Este é um momento histórico para a UNI e para as entidades e a ela filiadas, já que esta é a primeira vez que um profissional da América Latina é indicado para ocupar tal cargo. Se eleito, o diretor da Fisenge coordenará a comissão de engenheiros, que fica na Suíça, com ramificações em todos os continentes.

## CUT lança web TV

Foi lançada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), a TV web CUT. Trata-se de mais uma importante ferramenta de comunicação da entidade à disposição da classe trabalhadora e de toda a sociedade. Articulada nacionalmente, a TV CUT soma-se às demais mídias da Central (Portal do Mundo do Trabalho, Rádio Web CUT e Jornal da CUT), como um meio com possibilidades exponenciais de divulgação de informação. Assista em: [tv.cut.org.br](http://tv.cut.org.br)



## Governo do Estado pressiona, mas agrônomos avançam em acordo coletivo de trabalho

Após seis meses de luta, finalmente, o Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro-SC) assinou os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT's) com as empresas celetistas de agricultura vinculadas ao Governo do Estado (Epagri e Cidasc). Uma base de mais de 600 engenheiros agrônomos enfrentou o descaso do governo e do Conselho de Política Financeira do Estado (CPF).

Com a realização de 22 assembleias, os profissionais conquistaram: reposição integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 5,49% retroativo à data base (1º de maio) com pagamento em parcela única dos atrasados na folha de setembro; aumento da participação patronal de 3% para 4% no plano de saúde; aumento da licença-maternidade para seis meses e pagamento

imediatos da gratificação de aniversário (25%) que havia sido cortada pelo Tribunal de Contas do Estado desde fevereiro de 2010, além de renovação das demais cláusulas dos ACT's anteriores, ficando a garantia de emprego em 12 meses a partir da data da assinatura dos acordos.

O presidente do Seagro-SC, Jorge Dotti, contou que, após a aprovação do ACT, foi constatado que o Conselho de Política Financeira do Estado havia alterado a redação – originalmente negociada – sobre a cláusula do auxílio creche/babá. “Nós ameaçamos não assinar os ACT's, o que acabou obrigando os burocratas a mudarem de decisão no dia marcado para a assinatura. As perdas acumuladas só neste governo ultrapassam os 20%”, criticou Dotti.

## Trabalhadores da Sadia retomam direção do sindicato

Enfim, o patronato foi expulso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados (Sitracarnes) de Chapecó, Santa Catarina, depois de 22 anos na direção da entidade. No dia 1º de setembro, foi consagrada a vitória da chapa 2, mesmo com intimidação. Foram horas de tensão e embate em torno de uma possível fraude da lista de votantes, apresentada com 950 filiados, mas definida com cerca de 748 entre as partes e o Ministério Público do Trabalho.

Graças à articulação de uma série de entidades, entre elas, o Senge-PR, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e a organização dos trabalhadores foi possível a vitória. “Há mais de 20 anos, a Sadia tem como estratégia autoritária montar o sindicato dentro da empresa. Vivemos um processo de muitas ameaças e intimidação do grupo patronal, que queria quebrar a legítima organização sindical”, contou o diretor do Senge-PR e integrante da coordenação nacional da Consulta Popular, Antonio Goulart, que ainda relatou que muitos trabalhadores com mais de 20 anos de casa, não atingiam um salário superior a R\$800.

Mesmo com mobilização de entidades, o patronato ten-

tu impedir a eleição de todas as formas. No entanto, o MPT entrou com uma ação que garantiu o processo eleitoral. De acordo com a ação impetrada pelo juiz, se o trabalho da chapa de oposição fosse criminalizado, a direção da Sadia seria acusada de formação de quadrilha, por estar vinculada à direção atual do sindicato. A indignação se refletiu nas urnas e a chapa 2 saiu vitoriosa com 489 votos contra 216 da situação.

### Fábrica real

Oito segundos para desossar um frango; excesso de jornada de trabalho; salários rebaixados; assédio moral; falta de luz e ergonomia; inúmeros problemas de saúde e total falta de condições de trabalho. Esta é a situação dos trabalhadores da Sadia em Chapecó, Santa Catarina. A empresa foi apelidada por “boca do inferno”, pois as condições são as piores possíveis e com um agravante: o sindicato era dominado pelo patronato. “Esta foi uma vitória histórica para os trabalhadores. Precisamos ressaltar que conseguimos reunir a força do movimento sindical e popular com a organização do interior da fábrica, derrotando a estrutura sindical ligada à empresa”, avaliou Goulart.

### Sindicatos filiados



senge  
MINAS GERAIS



CAPA

# Política Nacional de Resíduos inclusão social e geração de

Sancionada pelo presidente Lula, a lei que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos

Foto: Vladimir Platonov/Agência Brasil



Mais do que trabalho, catadores de recicláveis querem dignidade, reconhecimento social e econômico

150 mil toneladas por dia. Esta é a quantidade de lixo produzida diariamente no Brasil. Deste total, 59% são destinados aos “lixões” e apenas 13% têm destinação correta em aterros sanitários, de acordo com informações do Ministério do Meio Ambiente. Para dar destino ao material reciclável, o governo Lula sancionou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no dia 2 de agosto, que cria marcos regulatórios para a produção de resíduos no Brasil. Este projeto é fruto de uma longa trajetória de lutas, pois foram 21 anos de tramitação no legislativo federal.

A lei prevê diversos pontos importan-

tes, dentre eles, inclusão dos catadores no processo de tratamento de resíduos sólidos; conceito de análise de ciclo de vida; responsabilidade pós-consumo; consciência cidadã e logística reversa. Estas ações devem ser implementadas com subsídios federais, estaduais e municipais. “A sanção desta política representa um grande avanço, porque compromete instituições para a efetivação das mesmas”, explicou o coordenador da Rede de Informação e Pesquisa em Resíduos Sólidos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Riper/UFRJ) e Fórum Lixo e Cidadania, Antonio Oscar.

De acordo com a legislação, a responsabilidade compartilhada dos resíduos envolverá sociedade, empresas, prefeituras e governos estaduais e federal, com aprovação e efetivação de um plano de

**“Sempre buscamos reconhecimento do nosso trabalho e estamos, pouco a pouco, conquistando”**

# Os Sólidos promove empregos

Os Sólidos inclui os catadores de recicláveis no processo

gestão. “Além de incentivos dos governos, principalmente os municipais, é necessário abarcar os catadores de material reciclável em uma política de inclusão no aspecto ambiental, social e econômico. A política municipal deve priorizar a coleta seletiva como principal destinação de resíduos”, explicou Antonio Oscar.

## Outra realidade: o reconhecimento

As toneladas de resíduo sólido produzidas no país são grandes geradoras de empregos. Isso porque estimulam as cooperativas e associações de catadores de material reciclável. É nesse ponto que entra um dos artigos mais comemorados pelas organizações: a inclusão dos catadores como principais atores no processo de tratamento dos resíduos sólidos no Brasil. “A lei prevê a obrigatoriedade da inclusão dos catadores para que possam trabalhar, em parceria com prefeituras”, ratificou o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e coordenador do

comitê de resíduos sólidos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Darci Campani, que participou ativamente da elaboração da lei.

Catador de reciclável há 19 anos, em São Paulo, e integrante do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR), Roberto Rocha acredita que este é um marco histórico e uma grande conquista para o movimento. “Houve articulação de diferentes setores junto com o governo federal para conquistarmos mais essa política que reconhece o nosso trabalho e traz um novo cenário de inclusão social”, destacou. Além da Política Nacional de Resíduos Sólidos, outra política conquistada foi a lei do saneamento e a emenda na lei de licitações, que isenta as cooperativas e associações do processo licitatório no momento da contratação.

“Sempre buscamos reconhecimento do nosso trabalho e estamos, pouco a pouco, conquistando. Este é um grande avanço, mas ainda encontramos dificuldades no

dia a dia, principalmente em relação ao preconceito”, revelou a representante da cooperativa de Brás de Pina no Rio de Janeiro (COOPQUITUNGO-RJ), Maria do Carmo Barbosa. A COOPQUITUNGO recicla cerca de 20 toneladas de material por mês com 15 cooperados no galpão e cinco externos. De acordo com Maria do Carmo, ainda há o problema de infraestrutura a enfrentar. “Os espaços físicos são pequenos, não temos caminhão e condições de armazenamento. Esta não é só uma realidade do Rio de Janeiro, mas de quase todas as cidades do País”, lamentou.

O coordenador do Riper, Antonio Oscar, afirmou que o principal é o reconhecimento do trabalho como prestação de serviço. “Da mesma forma que pagam e valorizam uma empresa de lixo, é necessário incentivar as cooperativas”, avaliou. Outra preocupação do movimento de catadores é a incineração. “Lutamos contra a incineração de material, porque os prejuízos ambientais são enormes”, disse Roberto Rocha, da coordenação MNCR.

## Consciência cidadã

De acordo com o professor Campani, a Política Nacional de Resíduos Sólidos apresenta importantes progressos, como por exemplo: a logística reversa, a ser implantada por meio de incentivos fiscais do governo. “Esta ação determina que fabricantes, importadores, distribuidores e vendedores realizem o recolhimento de embalagens usadas, como agrotóxicos, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, todos os tipos de lâmpadas e eletroeletrônicos. Isso significa que quem comercializa está responsabilizado a dar destinação final e o produtor deve implantar um sistema de retorno do material para o processo produtivo”, pontuou.

Nesse contexto, entra o papel da sociedade, que deverá contribuir para o processo de separação e coleta dos catadores, ou seja, as pessoas deverão guardar de forma adequada o lixo para o recolhimento.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos também proíbe a criação de “lixões”, onde os resíduos são lançados a céu aberto. Segundo a lei, todas as prefeituras deverão construir aterros sanitários adequados ambientalmente, onde só poderão ser depositados os resíduos sem qualquer possibilidade de reaproveitamento ou compostagem.



O Brasil é um dos campeões mundiais de reciclagem de lata de alumínio

## CONJUNTURA INTERNACIONAL

## Seminário debate os desafios do mundo do trabalho

Foi realizado no dia 29 de setembro, pelo Senge-RJ, o seminário sobre os desafios do mundo do trabalho no século XXI

Discutir os desafios do mundo do trabalho. Este foi o objetivo do seminário realizado no dia 29 de setembro, no Senge-RJ. O período da tarde foi dedicado a oficinas sobre a evolução do conceito físico do trabalho; avaliação e valorização econômica do trabalho; ergonomia e segurança do trabalho e trabalho e integração regional. Ao final, foi realizado um debate com o sociólogo e professor da Universidade de Paris, François Vatin, e o sociólogo e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ricardo Antunes.

Ambos concordam que é necessário analisar o mundo do trabalho por meio de outras formas. “O trabalho deve ser pensado a partir de sua natureza produtiva, dentro do quadro social no qual se insere. O salário, por exemplo, é uma forma social que pode desaparecer um dia, mas o trabalho não”, explanou Vatin, que lembrou da metáfora da abelha e o arquiteto, citada no livro “O Capital”, de Karl Marx – o arquiteto tem a visão futura do projeto.

Ainda de acordo com Vatin, o que caracteriza o trabalho é a projeção no tempo. “O que fazemos agora modifica o trajeto do mundo, ou seja, ações e decisões mudam o estado da natureza. Essa relação é pautada pela técnica”, ratificou. Nessa mesma linha, Ricardo Antunes é enfático: “O mundo do trabalho está diretamente relacionado à socie-

dade que queremos no futuro. Se a sociedade que queremos for esta, o futuro do trabalho estará ligado a uma destrutividade [sic] crescente”.

### Contradições do mundo do trabalho

No Brasil, centrais sindicais e entidades de classe vêm lutando pela redução da jornada de trabalho, além de denunciarem a flexibilização do trabalho, por



Foto: Camilla Martins

“A América Latina e a Ásia representam laboratórios das lutas sociais”, avaliou Antunes

meio de terceirizações, contratos precários e outras formas. “Hoje, os jovens entram no mercado de trabalho já de maneira precarizada, estado que se reflete na aposentadoria. Mas lidamos com uma grande contradição: as empresas pregam que devemos trabalhar mais e mais para termos direito a uma aposentadoria plena, mas, quando envelhecemos, a primeira atitude é a demissão”, apontou Vatin.

Ricardo Antunes destacou a configu-

ração de uma nova classe trabalhadora. “Lidamos com a morfologia do trabalho, mais conectado com a informação – que chamo de *infoproletariado* – e mais precarizado, ampliando novas formas de trabalho e de geração de valor. Esta nova linha traz desafios: como arraigar sentimentos de classe? Qual o desenho sindical hoje?”, questionou.

### Cenários e projeções

“Devemos ser pessimistas? Não! Temos o dever coletivo de sermos otimistas”, observou Vatin, que resgatou o Japão como exemplo, pois o país, até a década de 1960, era visto como subdesenvolvido. “As coisas podem mudar, inclusive no Brasil. As sociedades estão se levantando, bem como o movimento sindical e espero que em escala internacional”, apontou. Vatin ainda criticou a exploração da mão de obra barata, principalmente, nos países da América Latina e a criminalização da imigração em países desenvolvidos e apontou a negociação global – acordos coletivos assinados em escala mundial – como forma de proteção dos trabalhadores.

“O futuro do trabalho dependerá do século XXI, isto é, do modo de vida que levaremos; dos meios de produção a que estaremos atrelados e também da ampliação das lutas sociais. A América Latina e a Ásia, especificamente a China, representam verdadeiros laboratórios de uma nova era: a das lutas sociais”, disse Ricardo Antunes. No cenário nacional, Antunes destacou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como um dos mais importantes órgãos das lutas sociais hoje. “Estas são janelas que abrem para traçarmos um novo sentido e pensarmos no socialismo”, concluiu.

### Ricardo Antunes, sociólogo e professor da Unicamp, fala sobre as projeções do trabalho

“Cada vez mais, convivemos com um trabalho precarizado, um trabalho sem direitos, mesmo nos setores de ponta das chamadas tecnologias da informação, que chamo de *infoproletariado*, que tem a aparência de estar no topo, mas vivencia condições de erosão do trabalho e dos direitos. O trabalho que estrutura o capital, desestrutura a humanidade. Em contraposição, o trabalho que desestrutura o capital, estrutura a humanidade. Se a sociedade não for capaz de romper com a ordem do capital

hoje dominante, voltarei daqui a dez anos e direi que, em 2020, a situação do trabalho é mais brutal, mais degradada e os bolsões de miséria estão mais acentuados. Se, em contrapartida, a humanidade tomar o desafio de tocar no sistema de metabolismo social do capital, de enfrentar o caráter destrutivo da sociedade que a regula, em última instância, a questão do novo modo de produção e de vida, isso nos obrigará a pensar o socialismo no século XXI”, Ricardo Antunes.

## REFORMA AGRÁRIA

# Mesmo com avanços, Brasil ainda é terra de desigualdade social no campo

Embora o país apresente má distribuição de terra, políticas para o campo têm avançado

Agência Brasil



Soberania alimentar e direito ao território e à terra são bandeiras fundamentais na luta pela reforma agrária

Cerca de 1% dos proprietários rurais detêm 46% de todas as terras brasileiras, ou seja, quase metade do território do País, de acordo com relatório elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Centro de Direitos Humanos Evandro Lins e Silva e Instituto Carioca de Criminologia. Este dado aponta o Brasil como uma das nações com maior desigualdade de distribuição de terra do mundo. Com a intenção de questionar esta realidade e avançar, foi criada a *Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar*. Como desdobramento, foi realizado um plebiscito nacional que questionou o limite da propriedade de terra e apontou 94% da população a favor de um limite da propriedade de terra. Estas ações são frutos da organização das entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA).

Esta discussão traz luz à questão agrária brasileira, e de acordo com o integrante da direção nacional da CPT, Dirceu Fumagalli, a luta pela reforma agrária é muito mais ampla. “É necessário pensarmos no rompimento com o agronegócio, o fim do latifúndio, uma real regularização fundiária e investimento na

agricultura familiar”, destacou. A má distribuição de terras tem razões históricas no país e envolve aspectos do poder econômico, político e social. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) revelam que o Brasil possui atualmente 916.518 famílias de trabalhadores rurais vivendo em 8.616 assentamentos da reforma agrária, que ocupam uma área total de 84,6 milhões de hectares. Os projetos de assentamentos estão localizados em mais de dois mil municípios em todo o país.

Ainda falta muito para a reforma agrária, mas áreas fundamentais avançaram, como a agricultura familiar, um dos setores mais produtivos do País. “A função social da terra deve ser considerada a

partir de sua produção alimentar e com o agronegócio não estamos produzindo e nem garantindo nossa soberania alimentar. Além disso, o alimento passa a ser comprometido com agrotóxicos e transgênicos”, criticou Fumagalli. Outro ponto importante trata da revisão dos índices de produtividade sobre a capacidade produtiva das atividades agrícolas, estipulados em 1975. O objetivo é que estes dados sejam atualizados com a realidade e segundo o último censo agrário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve aumento da concentração fundiária. “Apesar de termos incorporado tecnologia e avançado consideravelmente, os índices nunca foram recalculados e revisados. Boa parte das grandes propriedades não produtivas poderiam ser destinadas à reforma agrária”, avaliou o engenheiro agrônomo e presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt.

## O papel da engenharia

A efetivação da lei nº 11.888, que estabelece a política de assistência técnica gratuita é fundamental para os agricultores familiares. “Nós, engenheiros podemos através da transferência de novas tecnologias elevar a renda dos agricultores e também desenvolver ações multidisciplinares envolvendo questões em diversas áreas do conhecimento, como por exemplo: ambiental, cultural, político, econômico e social”, sugeriu a engenheira Alméria Carniato, que já representou a Fisenge no FNRA.

### Para avançar na reforma agrária, é preciso:

- Fortalecer a agricultura familiar;
- Ampliar a linha de crédito para a agricultura familiar;
- Assegurar assistência técnica pública aos agricultores familiares;
- Adotar um modelo tecnológico compatível com a realidade local e as condições dos pequenos e médios produtores rurais;
- Garantia de crédito produtivo;
- Estímulo à pequena e à média empresa no campo;
- Capacitação do capital humano;
- Ampliar políticas públicas de infraestrutura;
- Fomento à agroindústria;
- Garantia de logística de mercado.

ENTREVISTA DENISE MOTTA DAU

## “Para conquistar bons indicadores de trabalho decente é preciso que o Estado assuma o seu papel”

Criado em 1999, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o conceito de trabalho decente tem como principal finalidade garantir direitos com igualdade de oportunidades, bem como proteção social e estímulo ao diálogo social. Para esclarecer critérios sobre trabalho decente e pautar ações entre as entidades, o **Jornal da Fisenge** entrevistou a Secretária Nacional de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Denise Motta Dau, que também é responsável pelo projeto pesquisa-ação sobre trabalho decente dentro da entidade.

### Como surgiu esse projeto pesquisa-ação sobre "trabalho decente" e qual o objetivo dele?

O projeto foi pensando a partir da participação de formadores da CUT em curso de formação do Escritório das Atividades para os Trabalhadores (ACTRAV-OIT) sobre a Agenda Mundial pelo Trabalho Decente. O tema é estratégico para a CUT, pois fortalece e qualifica a nossa ação nos setores mais vulneráveis e que têm maior índice de trabalho precário.

### Como o déficit de trabalho decente é mensurado? Como as entidades de classe podem contribuir nesse sentido?

O déficit de trabalho decente é medido pela ausência de condições adequadas no trabalho, exercido em liberdade, com direito à organização sindical e de negociação coletiva. Alta rotatividade; atividades degradantes; jornadas de trabalho extensas; altos índices de acidentes de trabalho e de doenças profissionais; baixos salários, são alguns indicadores de ausência de trabalho decente ou digno. A proposta da pesquisa-ação é diagnosticar a ausência destes indicadores pelas empresas e, a partir desse diagnóstico, as entidades participantes pensarem ações de combate ao trabalho precário.

### O que é necessário para conquistar bons indicadores nesse processo?

Para conquistar bons indicadores de trabalho decente, é preciso que o Estado assuma o seu papel mediador das relações de trabalho não deixando que o capital o faça. Além disso, é necessário que as entidades sindicais sejam fortes, autônomas e representativas para combater a flexibilização de direitos e a precarização das relações de trabalho.



Foto: Dino dos Santos

### “Sem a presença do sindicato no local de trabalho, não existe diálogo social”

#### Quais as principais dificuldades, considerando que o mundo do trabalho está em constante metamorfose?

As principais dificuldades estão na fragmentação das entidades sindicais. Essa divisão encontra no capital seu grande propulsor. A terceirização, o trabalho temporário, a contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas, ou seja, essas formas disfarçadas de contratações precarizadas vieram com objetivo claro de aumentar os lucros por um lado. E, por outro, para inibir o potencial organizativo dos

sindicatos. Essa prática fragilizou as organizações sindicais que têm enfrentado grandes dificuldades de organização, mobilização e negociação.

#### Como a organização por local de trabalho pode avançar?

O debate em torno da organização por local de trabalho é parte do debate cotidiano da CUT e está na nossa agenda de prioridades. Neste sentido, a CUT está desenvolvendo, por meio da Secretária Nacional de Organização, junto a alguns ramos de atividade, pesquisa sobre a representação dos sindicatos nos locais de trabalho. Este estudo ajudará a repensar nosso projeto organizativo a partir do local de trabalho. A CUT entende que, sem a presença do sindicato no local de trabalho, não existe diálogo social e nem democracia nas relações de trabalho.